

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

INSTRUÇÕES

Leia ATENTAMENTE as INSTRUÇÕES abaixo, antes de iniciar a PROVA:

1. Você CANDIDATO (A) recebe, juntamente com este **Caderno de Provas**, o **Cartão-Resposta**, único e insubstituível. **Confira a escrita correta do seu nome e o cargo escolhido, constante no Cartão-Resposta.**
2. Assine o seu **Cartão-Resposta (GABARITO)** no campo indicado.
3. **O Caderno de Provas** contém trinta (30) questões, conforme o cargo escolhido, cada uma com 5 (cinco) alternativas.
4. **Para cada questão assinale apenas UMA resposta.**
5. **A Nota da Prova Objetiva será** o número de acerto das questões, considerando-se o valor de 1 (um) ponto para cada questão.
 - 5.1. **Será classificado o candidato que obtiver:** no mínimo 50% (cinquenta por cento) de acerto na Prova Objetiva.
6. Para os cargos que exigirem provas objetivas e de títulos, a nota final será em conformidade com os termos do Edital.
7. O **Caderno de Provas** somente será trocado se apresentar problema de impressão; caso isso ocorra, solicite ao Fiscal de Sala que tome as providências necessárias.
8. Ao terminar a Prova, o candidato deverá entregar ao **Fiscal de Sala** o seu **Cartão-Resposta** e o seu **Caderno de Prova**, podendo levar seu caderno somente após 2 horas do início da prova.
9. A interpretação das questões, bem como das instruções, fazem parte da PROVA.
 - 9.1. Problemas em questões podem ser comunicados ao **Fiscal de Sala**. Contudo, **NÃO AGUARDE RESPOSTA**, pois a ocorrência constará em ata, pelo **Fiscal de Sala**, para que o problema relatado seja analisado posteriormente. Na dúvida, assinale a alternativa que mais lhe convier.
10. Sobre o **Cartão-Resposta (GABARITO)**:
 - preencha totalmente o círculo correspondente à letra escolhida com caneta esferográfica tinta azul ou preta;
 - não será fornecido outro **Cartão-Resposta**;
 - não será atribuído ponto à questão: que tenha como resposta mais de uma alternativa assinalada no **Cartão-Resposta**; em branco ou que contenha rasuras;
11. Na última página do **Caderno de Provas**, há uma grade para anotar as **suas respostas; recorte-a e leve-a consigo.**
12. A **duração da PROVA** é de 4 (quatro) horas, já incluso o tempo de preenchimento do **Cartão-Resposta**.
13. A saída do candidato somente será permitida depois de transcorrida 1 (uma) hora do início da PROVA.
14. Os três últimos candidatos a terminar a PROVA deverão permanecer na respectiva sala para o **lacramento do envelope com os Cartões-Resposta (GABARITOS).**
15. As **PROVAS Objetivas** e o **Gabarito Oficial**, contendo as alternativas corretas às respectivas questões, serão divulgados conforme edital item 4.2.3 .
16. Será publicado no **Órgão Oficial do Município** e no site www.campomourao.pr.gov.br o **Edital de Resultado da Prova Objetiva**, conforme edital item 4.2.4 .

Campo Mourão, 17 de junho de 2012.

A COMISSÃO

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

Questão 01

O “funcionário de fato”, na teoria direito, é:

- a) aquele cuja investidura foi regular, mas cuja situação tem a aparência de ilegalidade;
- b) aquele cuja investidura foi regular, mas não comparece para o desempenho de suas atribuições - também conhecido como “funcionário fantasma”;
- c) aquele cuja investidura foi declarada regular, mas comparece com pouca frequência para o desempenho de suas atribuições;
- d) aquele cuja investidura foi irregular, mas cuja situação tem a aparência de legalidade;
- e) aquele cuja investidura foi declarada regular e desempenha, de fato, suas atividades e atribuições.

Questão 02

212101
A obrigação de reparar o dano, para o servidor público:

- a) estende-se aos sucessores ou herdeiros legítimos, independente de culpa ou dolo, mesmo depois da partilha;
- b) estende-se aos sucessores ou herdeiros, até o limite do valor da herança, em caso de culpa ou dolo;
- c) não se estende aos sucessores ou herdeiros, depois da partilha, mesmo se comprovada a culpa ou dolo;
- d) estende-se aos sucessores ou herdeiros, apenas se o servidor tiver agido com culpa, antes da partilha;
- e) estende-se aos sucessores ou herdeiros, até o limite do valor da herança, apenas se o servidor tiver agido com dolo.

Questão 03

Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correspondente:

I- Agente público é a pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da administração indireta.

II- Antes da Constituição atual, ficavam excluídos da categoria agentes públicos os que prestavam serviços às pessoas jurídicas de direito privado constituídas pelo poder público, como as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

III- A Constituição atual classifica a categoria agentes públicos em: agentes políticos; servidores públicos; militares; e particulares em colaboração com o Poder Público.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens I e II.
- d) Somente está correto o item III.
- e) Somente está correto o item II.

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

Questão 04

Quando não existir vara federal no domicílio dos segurados ou beneficiários para julgamento acerca de ações previdenciárias – INSS-, será competente o juízo estadual. Desta forma, é incorreto afirmar:

- a) na hipótese de recurso, este será dirigido sempre ao Tribunal Regional Federal, na área de Jurisdição do juiz de primeiro grau;
- b) caso uma vara federal seja criada onde não havia, o juiz estadual investido da causa federal, deverá remetê-la à vara federal criada.
- c) a competência subsidiária da justiça estadual envolve tanto os benefícios previdenciários, quanto os benefícios assistenciais.
- d) compete à Justiça Federal processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato de autoridade previdenciária, ainda que localizada em comarca do interior;
- e) nas ações previdenciárias, onde o segurado seja domiciliado em comarca sede de juízo federal, não lhe será facultada a possibilidade de ajuizamento do feito na vara federal da capital do Estado-membro.

Questão 05

Dispõe o art. 40 da Constituição Federal: “Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.” Assim, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correspondente:

- I- **O caráter contributivo da previdência significa que, filiados ou não, contribuintes e não contribuintes, possuirão seus direitos garantidos, como ocorre com o Programa Bolsa Família.**
 - II- **Por força do caráter solidário, o financiamento da previdência não tem como contrapartida necessária a previsão de prestações específicas ou proporcionais em favor do contribuinte.**
 - III- **Pelo Regime Geral da Previdência não incide contribuição sobre aposentadoria e pensão, nos termos da Constituição Federal.**
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Todos os itens estão incorretos.
 - c) Somente estão corretos os itens II e III.
 - d) Somente está correto o item II.
 - e) Somente está correto o item III.

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

Questão 06

“Dispõe a Emenda Constitucional nº 20 sobre a regra de transição geral, e possibilita ao servidor que ingressou no serviço público, até 16 de dezembro de 1998, se aposentar integralmente antes da idade mínima exigida na Emenda Constitucional nº 41; a paridade foi assegurada pela Emenda Constitucional nº 47”. Nestes termos, analise se existe, ou não, incorreção no enunciado e assinale a alternativa que melhor corresponda à justificativa apresentada. Assim, o enunciado está:

- a) incorreto; pois, a Emenda Constitucional nº 41 garante, ao servidor, a integralidade e a paridade;
- b) incorreto; pois, a Emenda Constitucional nº 20 garante, ao servidor, a paridade, enquanto a Emenda Constitucional nº 47 garante a integralidade;
- c) correto, pois, a Emenda Constitucional nº 47 garante ao servidor que tenha ingressado no serviço público até a data de sua publicação, e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, o direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria.
- d) correto, pois a Emenda Constitucional nº 20 possibilita ao servidor que ingressou no serviço público, até 16 de dezembro de 1998, se aposentar integralmente após a idade mínima exigida na Emenda Constitucional nº 19;
- e) correto, pois a paridade foi assegurada pela Emenda Constitucional nº 47, que por sua vez derogou a Emenda Constitucional nº 41.

Questão 07

“Nos termos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, no cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência”. Assim, é possível afirmar que esta Lei:

- a) disciplina somente a aposentadoria por tempo de serviço, e não se aplica à aposentadoria por invalidez, já que a média aritmética reduziria os seus proventos;
- b) disciplina também os casos de aposentadoria por invalidez e, caso a doença não conste no rol especificado em lei, será aplicada a proporcionalidade;
- c) disciplina somente os casos de aposentadoria por invalidez;
- d) disciplina somente os casos de aposentadoria da Administração indireta da União, dos Estados e dos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 08

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

A “autorização” para a licitação, nos termos da Lei nº 8666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos):

- a) é um procedimento realizado logo após a publicação do ato convocatório;
- b) é ato administrativo que formaliza o início da licitação;
- c) é um ato administrativo que estabelece a competência hierárquica;
- d) é um ato administrativo que depende ser previamente aprovado por assessoria jurídica da Administração.
- e) é um ato administrativo que depende ser posteriormente aprovado por assessoria jurídica da Administração.

Questão 09

“Os contratos regidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8666/93), poderão ser alterados, unilateralmente, pela Administração, ou por acordo das partes”. Assim, no que se refere à recomposição do equilíbrio econômico e previsão contratual, pode-se afirmar:

- a) o equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual, desde que o Edital disponha o índice aplicado para o reajuste;
- b) o equilíbrio econômico-financeiro da contratação depende de cláusula contratual, e poderá ocorrer somente após um ano do início da execução da obra ou serviço;
- c) o equilíbrio econômico-financeiro da contratação depende de cláusula contratual, e poderá ocorrer somente após um ano da expedição da ordem de serviço;
- d) o equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual;
- e) o equilíbrio econômico-financeiro da contratação depende de cláusula contratual, no entanto, independente de especificação do índice a ser aplicado.

Questão 10

Nos termos da Legislação Federal, Lei nº10887, de 18 de junho de 2004, entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, inclusive:

- a) as diárias para viagens;
- b) a ajuda de custo em razão de mudança de sede;
- c) o salário-família;
- d) gratificação natalina (13º salário);
- e) o auxílio-alimentação.

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

Questão 11

Julgue os itens abaixo, no que e refere ao Regime Geral da Previdência (Lei nº 8213/1991), e assinale a alternativa correspondente:

- I- É segurado obrigatório da Previdência Social a pessoa física que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
 - II- Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se como segurados e dependentes.
 - III- Para serem considerados dependentes, o cônjuge ou companheiro e os filhos maiores de 16 (dezesseis) anos ou os a estes equiparados deverão ter participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Todos os itens estão incorretos.
 - c) Somente estão corretos os itens I e II.
 - d) Somente está correto o item II.
 - e) Somente está correto o item III.

Questão 12

Julgue os itens abaixo, no que e refere às regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998), e assinale a alternativa correspondente:

- I- É garantido o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.
 - II- As contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, sendo vedados adicionais, inclusive para a taxa de administração.
 - III- O regime está sujeito às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo, inclusive dos respectivos Tribunais de Contas.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Todos os itens estão incorretos.
 - c) Somente estão corretos os itens I e III.
 - d) Somente está correto o item II.
 - e) Somente está correto o item III.

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

Com base na Legislação Municipal, Lei nº 1419, de 31 de dezembro de 2001, e suas alterações, responda as questões abaixo (de 13 a 18).

Questão 13

“As disponibilidades da PREVICAM, enquanto não aplicadas, permanecerão depositadas em instituições bancárias oficiais, com agências no Município de Campo Mourão. Porém, quando aplicadas, destinam-se ao suplemento da renda destinada ao custeio do plano de benefícios”. Assim, sobre esta renda suplementar, é correto afirmar que:

- a) é garantida por meio de aplicação das reservas, para produzir renda e formar patrimônio, exclusivamente com a aquisição de Título da Dívida Pública Federal;
- b) é garantida por meio de aplicação das reservas, para produzir renda e formar patrimônio, como a aplicação de recursos, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;
- c) é garantida por meio de empréstimos dos recursos do fundo de bens, direitos e ativos à União e aos Estados, para produzir renda e formar patrimônio, sendo vedado tal operação aos municípios, entidades da administração indireta e aos respectivos segurados;
- d) é garantida por meio de empréstimos dos recursos do fundo de bens, direitos e ativos à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para produzir renda e formar patrimônio, sendo vedada tal operação aos respectivos segurados;
- e) é garantida por meio de empréstimos dos recursos do fundo de bens, direitos e ativos somente aos Municípios, para produzir renda e formar patrimônio, sendo vedada tal operação aos respectivos segurados.

Questão 14

No que se refere aos beneficiários do regime de PREVICAM possuem dependência presumida os que se encontrarem nas seguintes condições:

- a) o cônjuge, o companheiro (a) e o (a) filho (a) não emancipado (a) de qualquer condição, menor de 18 anos ou inválido;
- b) os pais e os irmãos não emancipados de qualquer condição, menores de 18 anos ou inválidos;
- c) os pais e os irmãos não emancipados de qualquer condição, menores de 21 anos ou inválidos;
- d) o enteado e o menor tutelado, pois, equiparam-se a filho mediante declaração judicial;
- e) o enteado e o menor tutelado, pois, equiparam-se a filho mediante comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento;

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

Questão 15

Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correspondente:

- I- deixar de recolher à Previdência Municipal, na época própria, contribuição dos segurados ou qualquer outra importância devida;**
- II- inserir, em folha de pagamento, pessoa que não possua a qualidade de servidor público;**
- III- receber benefício da PREVICAM, indevidamente.**

- a) Todas as condutas acima descritas estão previstas na Lei de Organização da Previdência Social dos Servidores do Município de Campo Mourão, respectivamente, como crimes de apropriação indébita, falsidade ideológica e estelionato.
- b) Nenhuma das condutas acima está prevista na Lei de Organização da Previdência Social dos Servidores do Município de Campo Mourão.
- c) Somente as condutas dos itens I e III, acima descritas, estão previstas na Lei de Organização da Previdência Social dos Servidores do Município de Campo Mourão, respectivamente, como crimes de estelionato e apropriação indébita.
- d) Somente a conduta do item III, acima descrita, está prevista na Lei de Organização da Previdência Social dos Servidores do Município de Campo Mourão, e constitui-se no crime de apropriação indébita.
- e) Somente a conduta do item II, acima descrita, está prevista na Lei de Organização da Previdência Social dos Servidores do Município de Campo Mourão, e constitui-se no crime de estelionato.

Questão 16

Analisar as alternativas abaixo e assinalar aquela que corresponda, de forma mais completa, às prestações, no regime da PREVICAM, ao dependente:

- a) aposentadoria compulsória; aposentadoria proporcional; aposentadoria por tempo de contribuição; salário-família; auxílio doença; e salário maternidade;
- b) aposentadoria por invalidez; aposentadoria compulsória; aposentadoria proporcional; aposentadoria por tempo de contribuição; e salário-família;
- c) aposentadoria por invalidez; aposentadoria compulsória; aposentadoria proporcional; aposentadoria por tempo de contribuição; salário-família; auxílio doença; e salário maternidade;
- d) aposentadoria por invalidez; aposentadoria compulsória; aposentadoria por tempo de contribuição; salário-família; auxílio doença; e salário maternidade;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

Questão 17

A organização da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Mourão – PREVISCAM – está disposta na Lei nº 1419, de 31 de dezembro de 2001. Assim, no regime desta Lei, estão incluídos:

- a) o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito;
- b) o Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores;
- c) os servidores nomeados exclusivamente para os cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração;
- d) os servidores contratados em virtude de excepcional interesse público;
- e) os servidores que prestam serviços nas autarquias e fundações.

Questão 18

O cônjuge, o companheiro, a companheira e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de 18 anos ou inválido; os pais; o irmão não emancipado de qualquer condição, menor de 18 anos ou inválido, são beneficiários do regime de PREVISCAM, na condição de dependentes do segurado. Assim, nos termos da respectiva Lei, pode-se afirmar:

- a) os dependentes de uma mesma classe concorrem em igualdade de condições;
- b) a existência de dependente de qualquer das classes não exclui do direito às prestações os das classes seguintes;
- c) a dependência econômica dos pais é presumida;
- d) a dependência econômica do enteado e menor tutelado deve ser comprovada;
- e) considera-se companheiro (a) a pessoa que comprovar, sem ser casado (a), uma união estável, com o segurado (a), há mais de doze meses.

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

Com base na Legislação Municipal, Lei nº 1085/97, e suas alterações, responda as questões abaixo (de 19 a 30)

Questão 19

O servidor nomeado, ao entrar em exercício para o cargo de provimento efetivo, ficará sujeito ao estágio probatório. Assim, durante este período, é correto afirmar:

- a) o servidor poderá ser autorizado a afastar-se do exercício do cargo, com prazo certo de duração, para a realização de serviço, representando o Município, em qualquer parte do território nacional, somente após seis meses de efetivo exercício;
- b) o servidor poderá ser autorizado a afastar-se do exercício do cargo, com prazo certo de duração, para a realização de serviço, representando o Município, em qualquer parte do território nacional, somente após um ano de efetivo exercício;
- c) o servidor poderá ser autorizado a afastar-se do exercício do cargo, com prazo certo de duração, para representar o Município, em competições desportivas oficiais, em qualquer parte do território nacional;
- d) o servidor não poderá ser autorizado a afastar-se do exercício do cargo em tempo algum;
- e) o servidor não poderá ser autorizado a afastar-se do exercício do cargo desde que não ocupe cargo de chefia ou direção.

Questão 20

No estágio probatório, a contagem do prazo não será interrompida:

- a) durante os afastamentos e licenças, até sessenta e cinco dias, ininterruptos;
- b) durante os afastamentos e licenças não excedentes a sessenta e cinco dias, desde que descontínuos;
- c) durante a licença concedida à gestante, por cento e oitenta dias;
- d) durante a licença concedida ao adotando, por cento e oitenta dias, no caso de criança com menos de um ano de idade.
- e) durante a licença concedida ao adotando, por trinta dias, no caso de criança com mais de um ano de idade.

Questão 21

São beneficiários da pensão vitalícia, exceto:

- a) o cônjuge;
- b) a pessoa divorciada, com percepção de pensão alimentícia;
- c) a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor;
- d) a pessoa portadora de deficiência, que viva sob a dependência econômica do servidor;

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

- e) os filhos, se estiverem cursando ensino médio ou superior, até completar os 24 anos ou até o fim do curso superior.

Questão 22

“Os atos da Administração Pública deverão ser revistos a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade. O instituto da prescrição, no entanto, visa a segurança nas relações jurídicas”. Com base nestas afirmações, é correto afirmar:

- a) O pedido de reconsideração e o recurso não interrompem a prescrição, quando se tratar de atos administrativos eivados de ilegalidade.
- b) Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a correr pelo restante, no dia seguinte em que cessar a interrupção.
- c) A prescrição é de ordem pública, podendo ser relevada pela Administração somente em casos de conveniência e oportunidade.
- d) A Administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, somente quando eivados de ilegalidade.
- e) A prescrição será de cento e vinte dias, nos casos em que não houver prazo específico, fixado em Lei.

Questão 23

No que se refere ao direito de petição, é correto afirmar:

- a) É defeso, ao servidor, constituir o irmão para atuar como procurador, para o exercício do direito de petição, quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistências.
- b) É proibido, ao servidor, constituir o cônjuge para atuar como procurador, para o exercício do direito de petição, quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistências, quando o cônjuge também for servidor.
- c) O servidor poderá atuar como procurador, para o exercício do direito de petição, quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistências de seu irmão.
- d) Para o exercício do direito de petição é assegurado carga do processo ou documento, ao servidor.
- e) O servidor público é proibido de atuar como procurador ou intermediário de outro servidor, junto às demais repartições e entes públicos, sem exceções.

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

Questão 24

Julgue os itens abaixo, e assinale a alternativa correspondente:

I-Cargo público, como unidade básica da estrutura organizacional, é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor.

II- As carreiras serão dispostas em grupos de cargos, observados os requisitos de escolaridade e qualificação profissional, a natureza do trabalho e a complexidade das atribuições, mantida a correlação com os objetivos dos órgãos ou entidades de que derivam.

III- Quadro é o conjunto de cargos isolados, de carreira e em comissão, integrante das estruturas dos órgãos da Administração Direta, autárquica e fundacional do Município.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens I e III.
- d) Somente está correto o item II.
- e) Somente está correto o item III.

Questão 25

Assinale a alternativa incorreta:

- a) A aptidão física e mental é um dos requisitos básicos para ingresso no serviço público, pois, só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do cargo.
- b) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservadas dez por cento das vagas oferecidas em concurso.
- c) A nomeação far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado ou de carreira.
- d) É legal o exercício gratuito de cargos públicos, desde que não haja disposição contrária na lei;
- e) A nomeação far-se-á em comissão, para cargos de confiança, declarados em Lei de livre nomeação e exoneração.

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

Questão 26

Assinale a alternativa correta:

- a) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por um período de três anos.
- b) Contados da data da posse, é de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez, por igual prazo, para o servidor entrar em exercício.
- c) O servidor empossado que não entrar em exercício poderá ser exonerado, após processo administrativo, onde lhe sejam garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- d) Somente o início do exercício será registrado no assentamento individual do servidor.
- e) Em determinados casos previstos em lei a promoção interrompe o tempo de exercício, que é reiniciado no novo posicionamento, na carreira, a partir da data da publicação do ato que promover o servidor.

Questão 27

No que se refere ao estágio probatório e à estabilidade, é incorreto afirmar:

- a) Compete ao chefe imediato, além de fazer o acompanhamento das atividades do servidor em estágio probatório, encaminhar à autoridade superior do órgão ou entidade, relatório circunstanciado e conclusivo sobre o desempenho do servidor.
- b) A exoneração poderá ocorrer antes do término do período de estágio probatório.
- c) No caso de acumulação legal, o estágio probatório deverá ser cumprido juntamente, em relação aos cargos para os quais o servidor tenha sido nomeado.
- d) Não serão computados como de efetivo exercício, para efeito de estágio probatório, os afastamentos e licenças excedentes a sessenta dias, ainda que descontínuos, salvo o período de licença concedida à gestante, nos termos da lei, bem como para adoção.
- e) Havendo interrupção do estágio probatório, a contagem prosseguirá da data em que o servidor retornar ao exercício do cargo.

Questão 28

Ao professor, quando exclusivamente em sala de aula, para os efeitos de adicionais por serviços considerados penosos:

- a) será concedido adicional a título de regência de classe;
- b) será concedido adicional a título de mérito ministerial, cumulado com a gratificação, pelo trabalho com excepcionais;
- c) não será concedido adicional algum;
- d) será concedido somente o adicional noturno;

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

- e) nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 29

“O adicional de produtividade fiscal será atribuído aos servidores em efetivo exercício de funções de lançamento e fiscalização municipais, na forma e condições estabelecidas em Regulamento”. Considerando tal afirmativa, responda:

- a) não existe adicional de produtividade fiscal na legislação do Município, na forma enunciada;
- b) não existe adicional de produtividade fiscal na legislação do Município, pois, os princípios constitucionais proíbem qualquer incentivo de produtividade ou ampliação de arrecadação;
- c) existe como uma atribuição a todos os servidores do Município, na forma enunciada, mesmo os que não estiverem em efetivo exercício;
- d) existe o adicional de produtividade fiscal, no Município, na forma enunciada, e integrará o provento ou pensão;
- e) existe o adicional de produtividade fiscal, no Município, na forma enunciada, porém, não integrará o provento ou a pensão.

Questão 30

O prêmio por assiduidade será concedido ao servidor após cada decênio ininterrupto de exercício, com o vencimento do cargo efetivo. Para efeito do cômputo do período aquisitivo do decênio, no entanto, pode-se afirmar:

- a) As faltas ao serviço, por motivos particulares, retardarão a concessão da licença na proporção de um mês para cada falta.
- b) As faltas ao serviço, por motivos particulares, retardarão a concessão da licença na proporção de dois dias para cada falta.
- c) As faltas ao serviço, por motivos particulares, resultará na perda de 1 dia 1 ½ (um dia e meio) no gozo da licença prêmio;
- d) As faltas ao serviço, por motivos particulares, resultará na perda de 1 dia (um dia) no gozo da licença prêmio;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

PROVA PARA O CARGO DE: PROCURADOR JURÍDICO.

GABARITO

QUESTÃ O	RESPOSTA
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

QUESTÃ O	RESPOSTA
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃ O	RESPOSTA
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	